

# TCU manda **cortar** adicional de insalubridade de **5.000** técnicos e docentes da **UFRJ**

**ANA BEATRIZ MAGNO E KELVIN MELO**  
comunica@adufrrj.org.br

**N**os últimos dias, as direções das unidades acadêmicas enviaram e-mail para todos os servidores informando que o Tribunal de Contas da União mandou a UFRJ cortar adicionais de insalubridade, de periculosidade e de radiação de aproximadamente 5 mil docentes e técnicos. A mensagem informa que as pessoas atingidas têm 10 dias úteis para recorrer. A redução pode chegar a 20% do salário.

O corte decorre de um processo do TCU de 2012 que apurou a improcedência de determinados pagamentos e vetou, por exemplo, o acúmulo de adicionais de insalubridade com os de chefia. Segundo o acórdão 2223/2014 do TCU, “a UFRJ gasta R\$ 3,5 milhões por mês com adicionais ocupacionais”.

“Somos pesquisadores. Assumimos cargos de chefia, mas continuamos em nossos laboratórios. O que o TCU espera da universidade? Que vire um escolão sem pesquisa?”, questionou uma professora titular que atua no Centro de Ciências da Saúde.

O setor jurídico da Adufrj está prestando assessoria a todos os docentes

## O QUE FAZER?

**1. Assim que receber a mensagem de sua unidade acadêmica, verificar se seu nome ou sua Matrícula SIAPE constam da listagem dos atingidos.**

**2. Solicitar a cópia integral do processo administrativo no setor de pessoal e assinar documento tomando ciência do caso. O prazo só passa a contar a partir desse momento.**

**3. Ligar para a Adufrj e marcar atendimento jurídico**

**4. Não esquecer de levar cópia do processo e contracheque no dia do atendimento jurídico**

## CUIDADO

O Ministério do Planejamento identificou que alguns servidores receberam e-mail falso para atualizar cadastro no SIGEPE. Os usuários devem apagar a mensagem. Ela é maliciosa e tem como objetivo obter dados para uso criminoso. O governo não solicita atualização de dados cadastrais via e-mail. Em caso de dúvida, entre em contato com a Unidade de Gestão de Pessoas do seu Órgão ou com a Central de Atendimento SIPEC – **0800 978 9009**

associados ameaçados pela medida e orienta que cada um pegue cópia do processo e procure a Adufrj. “Teremos que examinar cada caso para fazer o recurso”, esclarece a advogada Ana Luísa de Souza Palmisciano, responsável pela área jurídica da Adufrj. “É preciso tranquilidade. O prazo de 10 dias só passa a contar depois que o servidor pegar o processo e tomar ciência oficial do caso”, completa.

A ameaça de corte dos adicionais repercutiu na reunião do Conselho Universitário, dia 22. Diretoras da Adufrj, as professoras Maria Lúcia Werneck e Ligia Bahia compareceram ao colegiado para solicitar a listagem dos docentes que podem perder o benefício. “Trata-se de um direito reconhecido pela legislação brasileira e há situações de insalubridade na UFRJ”, afirmou Ligia Bahia.

O pró-reitor de Pessoal, Agnaldo Fernandes, observou que a notificação aos professores e técnicos oferece a oportunidade de defesa no processo. “O TCU, apesar de mandar suspender o pagamento do adicional, não tem autoridade para isso”, disse. Agnaldo deixou claro que os recursos devem considerar o local de trabalho dos servidores; não os cargos.

## 22 AGENDA

**03** A ameaça de corte do adicional de insalubridade mobilizou a diretoria da Adufrj para a reunião do Conselho Universitário do dia 22. As professoras Ligia Bahia e Maria Lúcia Werneck solicitaram à Pró-reitoria de Pessoal a lista de quais docentes podem ser atingidos pela decisão do TCU.

**16**  
**03** Diretoria da Adufrj reuniu-se com o chefe de gabinete do ministro Vital do Rêgo, relator do caso relativo aos 26,05% (Plano Verão) da UFRJ no Tribunal de Contas da União. A associação docente e sua assessoria jurídica acompanham o tema para preservar o percentual dos professores.

**15**  
**03** Conselho de Representantes da Adufrj reagiu ao assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) ocorrido na véspera da reunião. Os docentes relacionaram a ação violenta ao contexto da intervenção militar na segurança do Rio e decidiram criar um grupo de trabalho sobre o tema.



# EBA sem prazo para voltar ao que era

> Quase um ano e meio após incêndio na reitoria, Escola de Belas Artes continua funcionando de modo precário, com aulas espalhadas pelo campus e salas improvisadas

KELVIN MELO  
kelvin@adufRJ.org.br

Terça-feira, 20 de março. No fim da abafada manhã do último dia de verão, o professor Edson Motta Junior sequer conseguiu terminar a aula de Teoria da Pintura. Não se sentiu bem em uma sala improvisada para a projeção de imagens, sem ar-condicionado, no térreo da reitoria. Com a camisa tomada pelo suor, dispensou a turma mais cedo. “Minha pressão caiu”, disse. A situação é apenas um reflexo das precárias condições de trabalho e ensino enfrentadas pela comunidade da Escola de Belas Artes, quase um ano e meio após o incêndio que atingiu o prédio da reitoria, onde a unidade estava localizada.

Motta Junior é um especialista na obra de Candido Portinari e foi um dos coordenadores da restauração dos painéis “Guerra” e “Paz”, expostos na ONU. Desde 1979 na UFRJ, o professor afirma que o declínio da infraestrutura já vinha acontecendo nos últimos anos, mas o incêndio pôs a “cereja em cima do bolo”, ironizou. “Agora é tudo improvisado”. Mesmo a sala que conseguiu no ateliê de Pintura para as aulas práticas tem goteiras, amparadas por baldes.

A EBA ocupava os sexto e sétimo andares e parte do primeiro e do segundo do edifício. Com a interdição parcial do local, hoje está espalhada pelo campus: nos pavimentos inferiores da sede; na Faculdade de Letras; no Centro de Tecnologia e no Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza.

A diretora Madalena Grimaldi recebeu a reportagem da Adufrj em um setor administrativo provisoriamente instalado na biblioteca da Letras. São várias mesas, muito próximas uma das outras. Professores, técnicos e alunos misturam-se no espaço. “Não temos

ELISA MONTEIRO



**AULAS ETUMULTO** Móveis amontoados e condições ruins de trabalho prejudicam EBA

telefone, e a internet é intermitente. As reuniões que preciso fazer são aqui, no meio de todo mundo”, disse, fazendo questão de agradecer a solidariedade da faculdade vizinha. “Mas esta situação é insustentável por muito tempo”.

A principal dificuldade no momento é a alocação de disciplinas. “Estamos na segunda semana de aulas e três disciplinas ainda estão sem sala”, observou. Biblioteca e museu da EBA sem a devida conservação, desgaste de professores e alunos no deslocamento pelo campus e salas inadequadas para as especificidades dos cursos são outros problemas citados pela diretora. “Trabalhamos com carvão, tinta. Precisa limpar a mão depois. Precisa de um tanque com torneira”, observa. O pior, para ela, é não saber quando poderá ser retomado o espaço original da EBA: “Não existe data oficial. A angústia é pela falta de perspectiva”, lamenta a professora.

Questionada quanto ao prazo de recuperação total do edifício, a reitoria

enviou um boletim informativo. De acordo com o documento, em fevereiro começaram as obras de recuperação estrutural do 8º andar. O processo da reforma hidrossanitária encontra-se no Escritório Técnico da Universidade (ETU) para cumprir pendências apontadas pela Procuradoria Federal. Também está no ETU o processo de recuperação da subestação do último pavimento. Entre outros pontos, afirma que o elevador de carga está em manutenção. Não existe uma previsão para o fim do conjunto da obra.

Enquanto aguarda uma solução para retornar todas as disciplinas ao prédio da reitoria, a diretora acalenta o sonho de um local só para a EBA: “Não é possível uma unidade com 201 anos, um dos cursos mais antigos da UFRJ, sem uma sede própria”, critica. “É uma dívida que o governo federal tem. Pois nós fomos obrigados a sair do nosso prédio, hoje o Museu Nacional de Belas Artes”, completa Madalena.



KELVIN MELO

**‘FUNDÃO PRESENTE?’** Pelo projeto, policiais teriam de seguir as diretrizes da universidade

## Reitoria quer usar PMs de folga na segurança

> Projeto, similar ao “Lapa Presente”, seria custeado por empresas. Novos crimes ocorreram esta semana, no Fundão

FERNANDA DA ESCÓSSIA  
E ELISA MONTEIRO  
comunica@adufRJ.org.br

Diante da insegurança no Fundão, a UFRJ articula com a Petrobras e a PM do Rio uma parceria que aumenta a presença de policiais no campus. A Reitoria quer aderir ao Proeis, programa que permite usar PMs de folga no patrulhamento, pagos por uma entidade parceira. No Fundão, seriam a Petrobras e o Parque Tecnológico.

A ideia foi discutida entre o reitor Roberto Leher e o ministro da Justiça, Torquato Jardim, em dezembro. O Proeis funcionaria como uma espécie de “Fundão Presente”. Mas os PMs atuariam fardados e teriam de seguir a política de segurança da instituição. Em nota de 29 de dezembro, a UFRJ informava que a Petrobras manifestava interesse no acordo, mas que os contratos tinham especificidades.

Três meses depois, a negociação segue lenta. PM e Petrobras informaram que nada há de concreto quanto à parceria. “Até o momento, não há convênio desta natureza firmado com a Coordenadoria do Programa Estadual de Integração na Segurança”, informou a PM.

Leher disse que tudo está em negociação: “O Proeis é uma medida comple-

mentar, que tem de contar com a adesão das empresas localizadas no campus, e a Petrobras se dispôs a trabalhar nesse sentido. Aumentaria muito o efetivo e asseguraria maior tranquilidade ao campus”. Ele completou: “A política de segurança requer a ampliação da Diseg, o que não tem sido possível, pois os cargos foram extintos. A Reitoria tem trabalhado o tema na Andifes e junto ao MEC, objetivando a volta dos cargos”. Não há dados sobre custo nem efetivo.

### MEDO NO CAMPUS

Enquanto as soluções não chegam, o medo ronda o campus. Na quinta-feira, 22 de março, o Fundão acordou com uma tentativa de assalto e um suspeito morto perto da estação do BRT e do Hospital Universitário. A camelô Maria Gorete Sacramento, que vende lanches na entrada do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, foi baleada na coxa direita. Atendida no IPPMG e levada depois para o HU, disse que nunca viu nada parecido em mais de 20 anos no campus: “Foi muito tiro. A sorte foi que as crianças estavam todas dentro do hospital”.

“Chego ao trabalho com tiroteio e baleado”, lamentou a professora Cláudia Lage, do Instituto de Biofísica, sem esconder o medo. Uma colega já ficou sob a mira de fuzis perto do BRT e teve

o carro roubado. Em março, houve três episódios de violência em três dias seguidos – dois sequestros-relâmpago.

O professor Bruno Diaz, vice-diretor do Instituto de Biofísica, foi assaltado em frente ao Restaurante Universitário na manhã de 11 de janeiro. Quatro assaltantes armados mandaram que ele se deitasse no chão e levaram carro, documentos, celular e notebook. No Instituto de Geociências, dois professores tiveram de se proteger de disparos que atingiram o estacionamento por volta das 18h de quarta-feira, 14 de março. O delegado da 37ª DP (Ilha do Governador), Geraldo Assed, informou que investiga os crimes e que a quadrilha provavelmente é a mesma. A Prefeitura da UFRJ pediu uma reunião com a Secretaria de Segurança e quer apoio da DAS (Divisão Anti-Sequestro).

A UFRJ sofre com a progressiva redução do corpo de vigilantes da Diseg (Divisão de Segurança), com cargos extintos pela União em 2002. Segundo a Prefeitura, em 2016 foi solicitada a abertura de concurso. Este mês, foi pedido reforço do policiamento à PM, que passou a deixar um carro extra na entrada do Centro de Tecnologia.

Neuza Luzia, coordenadora do Sintufjr, aponta problemas no uso de policiais de folga na segurança. “A solução estrutural é a ampliação do corpo da Diseg. Se a PM é necessária, que fique claro que é de modo emergencial e temporário, em consonância com as diretrizes da universidade”, afirmou. Júlia Brandes, diretora do DCE, disse que a entidade é contra o projeto. “A PM costuma ter abordagem truculenta. É preciso investir em outras medidas, como mais ônibus à noite, cortar a grama e melhorar a iluminação”, afirma.

A presidente da Adufrj, Maria Lúcia Werneck, aguarda mais informações concretas sobre o projeto para se pronunciar. A Adufrj agendou uma reunião com o prefeito da UFRJ, Paulo Mario Ripper, mas o encontro foi desmarcado pela prefeitura.

### VANDALISMO

Na 10ª DP (Botafogo), um inquérito apura a ação de vândalos que retiraram do muro do Canecão a faixa da Adufrj crítica à intervenção militar. Há três crimes: dano ao patrimônio, ataque à liberdade de expressão e exercício arbitrário das próprias razões.



 <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO Av. Pedro Calmon, 550 - CEP 21941-901 Cidade Universitária - Ilha do Fundão Rio de Janeiro - RJ</p> <p>PR-2/SRA</p> <p><b>HISTÓRICO NÃO OFICIAL</b> Especialização</p>	Centro Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas		
	Unidade Instituto de Economia Ie/CCJE		
	Curso MBE Responsabilidade Social e Terceiro Setor		
	Reconhecimento/Renovação Processo 000990/2002-40 de 15/3/2002 BUFRJ 28/8/2002		
Área de Conhecimento Ciências sociais aplicadas			
Nome Civil <b>MARIELLE FRANCISCO DA SILVA*</b>	CPF [REDACTED]	Data de Nascimento 27/07/1979	Registro [REDACTED]
Pai <b>ANTONIO FRANCISCO DA SILVA NETO</b>	Identidade [REDACTED]	Início 15/04/2009	Término 20/10/2010
Mãe <b>MARINETE DA SILVA</b>	Título de Eleitor [REDACTED]	Regime Integral	Página 1 de 1
Naturalidade RIO DE JANEIRO - RJ	Nacionalidade Brasileiro Nato	Certificado Militar/Dispensa *****	Emissão 21/03/2018 15:19

\* Depois, ela abreviou o nome para Marielle Franco

# MARIELLE: PRESENTE!

## > Professores contam história da aluna que aproximou a academia da favela

ELISA MONTEIRO

elisamonteiro@adufrrj.org.br

Muito antes de entrar na vida pública, Marielle Franco, vereadora do PSOL assassinada no dia 14, já enxergava na educação uma ferramenta contra a desigualdade social. Por onde passou como aluna, tentou fortalecer a ponte entre a universidade e a comunidade. A Adufrj reconstituiu parte de sua trajetória acadêmica por meio dos depoimentos de três professores.

Aluna de um pré-vestibular na Maré, Marielle fez Ciências Sociais na PUC e mestrado na UFF. No meio do caminho, passou pelo Instituto de Economia da UFRJ para uma especialização em Responsabilidade Social e Terceiro Setor, em 2009, onde teve aulas com a presidente da Adufrj, Maria Lúcia Werneck. “Ela tinha um a postura muito participativa. Chamou atenção a qualidade do trabalho final. Muita gente nem entrega”, lembra Maria Lúcia.

No mestrado, Marielle pretendia dar

continuidade à monografia de especialização, sobre milícias. Mas as UPPs atraíram o foco. A dissertação “UPP: a redução da favela a três letras” usa o conceito de Estado Penal e defende que a política de segurança atuou para fazer uma “limpeza” do Rio para os Jogos Olímpicos e a Copa, explica a orientadora de Marielle no mestrado em Administração da UFF, Joana Ferraz. Para a orientadora, a marca do trabalho é pensar teórica e criticamente a violência nas favelas. “Ela entendia educação como arma contra as desigualdades sociais, uma ferramenta de luta”, avalia.

### INTERESSE POR MOVIMENTOS SOCIAIS

Marielle fez o pré-vestibular comunitário do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm) em 1999. À época, Eliana Sousa e Silva, uma das fundadoras do pré e da ONG Redes da Maré, referência em trabalho social, ensinava redação. “Marielle era curiosa, interessada nas questões coletivas”, recorda Eliana, que viu ali uma opção latente pelas Ciências Sociais. “Oferecíamos

atividades e vivências com movimentos sociais. Ela participava sempre”.

Servidora aposentada da UFRJ, Eliana conta que o pré-vestibular do Sintufrj, nos anos 1980, inspirou o projeto do Ceasm. “Apenas 0,5% dos moradores da Maré chegava à universidade. Muita gente da UFRJ se engajou. Queríamos mudança real para as pessoas”.

Antes do Prouni, a PUC oferecia bolsas a alunos de baixa renda. Lá o professor Ricardo Ismael, diretor do curso de Ciências Sociais, conviveu com Marielle por dois anos. “Ela veio para o meu grupo de estudo sobre desigualdade social. Foi bolsista de iniciação científica do CNPq e orientanda na monografia”, conta. “Mesmo com a dificuldade de morar longe e já ter uma filha, era muito focada no ensino e na pesquisa”, conta. Ele foi convidado por Marielle para ir à Maré. “Fui para falar sobre Celso Furtado e passei o dia. Ela me levou para conhecer o Observatório de Favelas e o bloco da Maré. Em 20 anos no Rio, foi minha primeira vez na comunidade”, conta.

## UFRJ TERÁ GRUPOS DE TRABALHO PARA MONITORAR INTERVENÇÃO

■ Sete grupos de trabalho vão monitorar a intervenção federal e militar no Rio. Toda a comunidade da UFRJ poderá participar. Os núcleos foram definidos esta semana, em reunião na Reitoria que expressou indignação com os assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes. A Adufrj participou do debate. Os grupos vão sistematizar conhecimento em sete eixos: jurídico; políticas sociais; políticas de segurança; racismo,

LGBTQ e gênero; comunicação; descriminalização das drogas; formação. Quem quiser participar deve escrever para o e-mail [vanessaberner@reitoria.ufrj.br](mailto:vanessaberner@reitoria.ufrj.br).

A historiadora Maria Paula Araújo, professora do IFCS e integrante da diretoria da Adufrj, elogiou a iniciativa: “Mostra preocupação da Reitoria de juntar grupos que trabalham no tema, permitindo uma análise abrangente”.